

# CIDADE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL TERÇA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1993

## *Ch - Orçamento* Roriz acusa manipulação de depoente

Segundo ele, citação de José Carlos sobre emendas de deputados ligados ao GDF é clandestina, política e eleitoreira

A citação de emendas incluídas no Orçamento da União de 1991, de autoria de parlamentares ligados ao GDF, pelo ex-assessor da Comissão Mista de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, para o governador Joaquim Roriz "não passa de uma manipulação clandestina, política e eleitoreira". Para o governador, houve "um conchavo", entre o deputado distrital Geraldo Magela (PT), que conversou reservadamente com o ex-assessor, "após uma visita que seria para tratar da suposta tortura que José Carlos teria sofrido nas dependências da Polícia Civil do DF".

Roriz acredita que o deputado informou a José Carlos sobre estas emendas e o ex-assessor "recebeu estas informações e forçou uma denúncia". O governador destacou que entre as emendas citadas pelo ex-assessor, uma não se confirmou: "Em 1991, não foi consignado um centavo sequer para o Metrô do DF". Roriz também estranhou que entre as emendas citadas somente constassem aquelas formuladas por deputados ligados ao GDF. De acordo com o secretário de Comunicações, Welington Moraes, no mesmo Orçamento de 91, emendas de autoria do deputado Augusto Carvalho (PPS-DF) destinaram: Cr\$ 1 bilhão para o Hospital do Paranoá; Cr\$ 2 bilhões para o Hospital de Samambaia; e Cr\$ 5 bilhões para a implantação do transporte de massa entre Taguatinga e o Plano Piloto.

Este fato — a referência apenas a emendas de deputados que o apoiaram — para o governador, configura "uma manipulação com o objetivo de constranger, através de um trabalho articulado junto a uma pessoa que está sendo acusada de vários crimes, os políticos próximos ao governo". A omissão de emendas importantes para Brasília, no mesmo período, para Roriz "trata-se de um fato político da maior gravidade".

**Papuda** — Segundo Welington



Roriz disse aos empresários que não tem 'nada haver com a lama do Orçamento' e criticou adversários

Moraes, os recursos que seriam destinados à Papuda haviam sido propostos pelo ex-deputado Francisco Carneiro, em 1990, "antes da eleição, em emenda aceita pelo relator, o que tornou desnecessário o embate junto ao Ministério da Justiça". O secretário explicou ainda que a proposta de recursos para a construção do Hospital do Paranoá foi apresentada em agosto de 1990, pelo ex-deputado Francisco Carneiro e pelo deputado Jofran Frejat (PFL-DF), "quando ainda não havia ocorrido o processo eleitoral".

"Há um nítido propósito de se

buscar justificativa para todas as acusações formuladas até agora. Como o tiro está saindo pela culatra, estão se valendo de subterfúgios e, em alguns casos, até de atos pouco recomendáveis como este conchavo, para sustentar interesses eleitorais", afirmou Moraes. Para o secretário, "é gravíssima a postura assumida por José Carlos, após o seu encontro com o deputado Geraldo Magela, refazendo o seu depoimento inicial ao sabor da conveniência daqueles que o têm ajudado para descaracterizar sua provável participação em homicídio qualifi-

cado e tráfico de drogas".

**Metrô** — Segundo dados do GDF, o Governo Federal aprovou a obra do Metrô, fazendo constar de seu Plano Plurianual dotação orçamentária de US\$ 180 milhões, em três parcelas iguais e sucessivas de 1992 a 1994. "Embora tenha sido uma emenda proposta pelo senador Valmir Campelo, em 1991, acolhida pelo relator do Orçamento, a matéria foi integralmente rejeitada pelo Poder Executivo", lembrou o coordenador do Metrô, Paulo Vito Rada de Resende.

Dos US\$ 60 milhões propostos

para 1992, pelo Executivo, US\$ 8 milhões foram suprimidos pelo Legislativo, "e somente US\$ 29 milhões foram liberados". Para este ano, o Executivo propôs apenas US\$ 30 milhões. O deputado Augusto Carvalho propôs uma emenda de US\$ 44 milhões, transformada em emenda coletiva, mas somente US\$ 4 milhões foram aprovados. "Seria o caso de perguntar, diante da conotação que está sendo dada pelo deputado Magela, se a iniciativa de Carvalho não seria criminosa e teria interesses escusos", indaga Resende.